



**EDITAL - CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 02/2024**

**PROCESSO Nº 05160024/2024**

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Diney Torres, s/nº, Bairro Geraldo Sampaio, CEP 57.240-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.264.222/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. GEORGE CLEMENTE VIEIRA, inscrito no CPF nº 228.097.754-00, a fim de atender aos interesses da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, órgão integrante da estrutura administrativa municipal, **COMUNICA** aos interessados a abertura de processo administrativo **CHAMAMENTO PÚBLICO** de procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO** de pessoas físicas ou jurídicas interessadas na prestação dos serviços do objeto abaixo descrito, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Federal nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, aplicando-se, subsidiariamente, as Instruções Normativas do Governo Federal e os Decretos Municipais que regulamenta a matéria, conforme exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para eventualmente firmar contrato, nos termos e condições a seguir elencados, a serem conduzidos pelos membros designados pela **Portaria Municipal nº 20/2024**.

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente chamamento público tem por objeto o **CREDENCIAMENTO** de interessados em prestar **CONTRATAÇÃO DE INTERESSADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MECÂNICOS, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS) NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL**, através de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, para **CREDENCIAMENTO**, termos e condições estabelecidas neste instrumento, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para realização dos serviços solicitados sob demanda.

| ITEM          | CÓD. INT. | UND  | DESCRIÇÃO   | QTDA ESTIMADA POR HORAS | VALOR UNITARIO | VALOR GLOBAL      |
|---------------|-----------|------|---|-------------------------|----------------|-------------------|
| 01            | 100308    | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.      | 5.000                   | R\$ 26,53      | R\$ 132.650,00    |
| 02            | 88264     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.      | 5.000                   | R\$ 26,81      | R\$ 134.050,00    |
| 03            | 88267     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.    | 5.000                   | R\$ 25,69      | R\$ 128.450,00    |
| 04            | 100308    | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000                   | R\$ 26,53      | R\$ 26.530,00     |
| 05            | 88264     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000                   | R\$ 26,81      | R\$ 26.810,00     |
| 06            | 88267     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de grande porte.             | 1.000                   | R\$ 25,69      | R\$ 25.690,00     |
| 07            | 88265     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos industriais e semi-industriais | 500                     | R\$ 26,81      | R\$ 13.405,00     |
| VALOR GLOBAL: |           |      |   |                         |                | <b>487.585,00</b> |

1.2. As condições e as específicas técnicas para a prestação dos serviços estão previstas no Termo de Referência - Anexo I.

1.3. Os serviços serão fornecidos conforme às normas e padrões da **ABNT**, atendendo eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

1.4. Os serviços Credenciados deverão ser executados conforme os prazos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, nas condições gerais do credenciamento e no contrato, a partir da data de sua



assinatura.

## 2. DOS VALORES FIXADOS PARA A REMUNERAÇÃO E DOS SERVIÇOS

- 2.1. A contratação se dará conforme especificação técnica e definição do quantitativo apresentado na planilha, no limite estabelecido na planilha abaixo, de acordo com a tabela disponível no link: [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_639](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_639), mês de referência: Março/2024 (com desoneração), que contempla o teto máximo dos serviços anual, que serão divididos entre os estabelecimentos interessados e habilitados, cujos valores deverão se propor em receber os valores constantes em tabela de referência para fins de prestação de serviços e remuneração.
- 2.3. Os valores propostos na tabela referencial incluem todos os custos com maquinário, equipamentos, prestadores de serviços, taxas, tarifas e outros, necessários para completa execução do objeto.
- 2.4. Os quantitativos de horas discriminados de cada serviço fica limitado ao quantitativo acima, distribuídos a todos os credenciados.

## 3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. O presente Edital de Credenciamento estará em vigor pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do Edital, no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município.
- 3.2. A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo de vigência.
- 3.3. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sendo a decisão devidamente publicada no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município.
- 3.4. Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.
- 3.5. Serão rateados os serviços e o quantitativo da planilha acima pelos credenciados, devidamente habilitados.
- 3.6. Sempre que houver o credenciamento ou descredenciamento de novos interessados, ocorrerá novo rateio dos quantitativos, conforme critérios estabelecidos neste Edital.
- 3.7. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade credenciante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.
- 3.8. A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 5 (cinco) dias úteis para enviá-la exclusivamente por meio eletrônico. Ficando a análise da documentação ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

- 4.1. Os interessados poderão examinar o presente Edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da documentação necessária para sua formalização no Portal da Transparência do Município, no link: <https://saomigueldoscampos.al.gov.br/>.
- 4.2. O Credenciamento é livre a todas as pessoas jurídicas que atuem no ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento e que atendam às condições do Edital e seus anexos.
- 4.3. As pessoas físicas e jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, apresentar os documentos para fins de habilitação em nome do proponente interessado, os quais deverão externamente conter os documentos exigidos no item 05, que trata da documentação necessária à



habilitação do Edital de Chamamento Público, via correio eletrônico, no endereço: [cplsaomiguel doscampos@gmail.com](mailto:cplsaomiguel doscampos@gmail.com), sendo considerada a data do envio como a data do protocolo.

4.4. O pedido de credenciamento apresentado de forma incompleta ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado inepto.

4.5. Verificadas omissões ou falhas na documentação, a Comissão poderá promover diligência solicitando que o interessado apresente a complementação ou correção, caso queira, do pedido de credenciamento no prazo de 10 (dez) dias, a partir da comunicação, sob pena de não obtenção do credenciamento.

4.6. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse Edital, durante todo o seu período de vigência.

4.7. O comprovante de envio da documentação por e-mail não certificará que os preceitos estabelecidos neste Edital estão completos, o que é condicionado à efetiva análise pela Comissão Especial de Contratação.

4.8. Se necessário, a Comissão Especial de Contratação poderá solicitar ao interessado a documentação original para autenticação da cópia.

4.9. Caberá denúncia do presente credenciamento, por ato unilateral de qualquer das partes, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

4.10. **Não poderão participar deste Credenciamento, direta ou indiretamente, os interessados em prestar o serviço enquadrados em qualquer das seguintes hipóteses:**

- a) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- b) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, e ainda, submetido a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
- c) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Empresas cujo quadro societário seja composto por servidor ou dirigente de órgão do Município;
- d) Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, bem como inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/AL e Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN;
- e) Que se enquadrem em qualquer outra vedação prevista no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Empresas reunidas em consórcio;
- g) Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI ou VII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- h) Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos VIII, IX, X, XI ou XII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i) Tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República.

4.10.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista

4.11. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

4.12. As certidões de regularidade emitidas via internet poderão ter sua autenticidade conferida pela Comissão Especial de Contratação.

4.13. Será dada prioridade na contratação às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.

4.14. A participação no presente credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e



regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

4.15. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros, conforme observado no Termo de Referência, anexo ao Edital.

4.16. Serão observadas para habilitação, e posterior contratação, as regras deste Edital, nos art's. 198 e 199 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 14.133/2021, as normas sanitárias, bem como todos os atos normativos que venham a ser editados sobre a matéria.

4.17. A interessada **deverá comprovar no ato da assinatura do termo de credenciamento da ata a efetiva instalação de uma Unidade de Coleta descentralizada dentro do Município ou possuir espaço adequado a uma distância de até no máximo 10 (dez) km do perímetro urbano deste município ou comprometer-se com a instalação de unidade de coleta em tempo hábil**, que possa atender a recepção dos serviços, o qual deve estar dentro das normas do Código de Defesa do Consumidor, ficando vedado sua instalação dentro das dependências de prédios públicos, mantendo seu funcionamento enquanto perdurar a vigência da contratação, sendo que o não atendimento deste pressuposto implicará na decadência do direito de contratação.

4.18. Não havendo prestador credenciado no âmbito de município, os respectivos quantitativos de atendimento serão ofertados às credenciadas para contratação dos serviços nos municípios vizinhos, conforme a disponibilidade de atendimento e o critério de menor distância entre o município da população a ser atendida e o município sede da credenciada.

## 5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

5.1. Os interessados em prestar o serviço deverão entregar a documentação respectiva com a Carta de Credenciamento (modelo anexo) e cópia dos seguintes documentos:

a) Requerimento de Credenciamento, conforme Anexo II;

5.2. E ainda:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou credenciamento social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Ato de autorização para o exercício da atividade de compatível, expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação adequado ao objeto;

5.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 5.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:



- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.3.2. Caso o interessado seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.3.3. O interessado enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **5.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) **certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);**
- c) **Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

5.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

5.4.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;





5.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**5.5. Qualificação Técnica:**

- a) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
  - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, (se o caso), em plena validade.
  - Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do credenciamento, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- b) Declaração de que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- c) Declaração de não utilizamos de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que o interessado possui ou instalará local de recebimento dos serviços na cidade de São Miguel dos Campos/AL no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir do termo de credenciamento, ou possuir ou instalar local de recebimento dos serviços no raio de 10 (dez) quilômetros da cidade de São Miguel dos Campos/AL.
  - Caso não seja apresentada a referida declaração, o interessado deverá apresentar declaração com ciência e responsabilidade dos custos do traslado até o local dos serviços, que não deverá ser repassado para a administração.

**5.6. Qualificação Técnico-Operacional:**

- a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
    - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a credenciamentos executados com as seguintes características mínimas:
- 5.6.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos da IN SEGES/ME nº 98/2022.
- 5.6.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da interessada.
- 5.6.3. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do credenciamento que deu suporte à contratação, endereço atual da administração e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 5.6.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no credenciamento social vigente.
- 5.6.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**5.7. Qualificação Técnico-Profissional:**

- a) Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no Curso Técnico competente



5.7.1. Deverá o profissional indicado fazer parte do quadro de funcionário da interessada.

5.7.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Declaração de Responsável Técnico – Anexo IV;

c) Cópia da Carteira de Identidade, CPF, diploma legal de graduação ou curso técnico e inscrição no respectivo Conselho Profissional (se houver).

#### **5.8. Demais documentos:**

5.8.1. Além dos documentos citados, como condição ao exame da documentação de habilitação, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no credenciamento ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

c) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/AL;

d) Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN;

e) Declaração de Idoneidade;

f) Declaração de que não emprega menores;

g) Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal;

h) Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante;

i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

j) Declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

#### **5.9. A forma de apresentação:**

5.9.1. Os documentos de credenciamento poderão ser encaminhados em formato pdf., no correio eletrônico indicado no item 4.3, com o assunto: **DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO - EDITAL Nº XX/XXXX – EMPRESA XXXXXX.**

5.9.2. Não serão aceitos documentos com rasuras e/ou ilegíveis.

5.9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não contenham código de verificação da autenticidade pela internet, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório e/ou por servidor público do Município de São Miguel dos Campos.

5.9.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do participante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

5.9.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

5.9.6. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

5.9.7. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

5.9.8. Nos casos de apresentação de documento falso, o participante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos art's. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **5. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E JULGAMENTO E DO RESULTADO**

6.1. A Comissão Especial de Contratações, constituída para o presente Chamamento analisará e julgará



a documentação relacionada no item 05, segundo os critérios estabelecidos neste Edital, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo, podendo ser prorrogado, por igual período.

6.2. A Comissão terá as seguintes atribuições:

- a) Analisar e avaliar a documentação apresentada;
- b) Conferir a autenticidade aos documentos apresentados, solicitando a apresentação dos originais, se necessário;
- c) Vistoriar as instalações dos prestadores interessados, sempre que for necessário;
- d) Designar as datas de Reunião para fins de julgamento;
- e) Realizar as Atas, inclusive descrevendo o rateio;
- f) Receber os recursos interpostos, analisá-los e, em caso de ser mantida a decisão de inabilitação, encaminhá-los à autoridade superior, conforme disposto no artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) Dirimir as dúvidas nos casos omissos;
- h) Se necessário poderá solicitar apoio às áreas técnicas da Secretaria Municipal de Administração.

6.3. Serão consideradas habilitadas as interessadas que atenderem a todos os itens exigidos neste Edital.

6.4. O resultado de julgamento dos documentos de habilitação e proposta técnica será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no Portal da Transparência do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do ato de julgamento.

6.5. Da decisão de inabilitação caberá recurso, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. Transcorrido o prazo de recurso após a divulgação da relação dos prestadores habilitados e a forma de rateio dos serviços, que será analisado pelo setor técnico competente, que será divulgado por meio do Diário Oficial dos Municípios e no Portal da Transparência do Município.

6.7. A divisão dos quantitativos (rateio dos serviços) entre os credenciados será definida sempre que necessário pela Comissão Especial de Contratação, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, após pedido de credenciamento, de acordo com as propostas apresentadas e serviços disponibilizados, teto orçamentário e necessidade da gestão estadual.

6.8. A cada 03 (três) meses, reunião a Comissão para julgamento de novos interessados, se for o caso, sendo o julgamento publicado dentro dos prazos originalmente estabelecidos.

6.9. Caso a integralidade das cotas seja absorvida pelas entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, as entidades com fins lucrativos serão credenciadas e ficarão dispostas em cadastro reserva para eventual necessidade de complementação futura do serviço.

6.10. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

## **7. DOS RECURSOS**

7.1. Os recursos e prazos seguirão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

7.2. Dos atos da Comissão, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação nos atos, nos casos de: a) inabilitação do proponente ao Credenciamento; b) julgamento da divisão e rateio dos quantitativos, observadas as seguintes determinações:

- a) O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, técnica e jurídica, considerando, exclusivamente, a documentação enviada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.
- b) A Autoridade Máxima poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, devendo promover a sua respectiva publicação.
- c) Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso.
- d) Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.
- e) Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão Especial de Contratação, via correio eletrônico,





no endereço: [cplsaomigueloscamos@gmail.com](mailto:cplsaomigueloscamos@gmail.com) , sendo considerada a data do envio como a data do protocolo.

f) Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados nos mesmos moldes que se deu a divulgação do resultado.

## 8. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO

8.1. Respeitada a ordem de preferência do art. 199, § 1º da Constituição Federal, priorizadas as entidades públicas e a inclusão dos quantitativos nos contratos com entidades privadas filantrópicas ou sem fins lucrativos exclusivas no município, mediante o atendimento do disposto neste Edital, nas normas vigentes pertinentes à matéria e após a comprovação dos requisitos técnicos.

8.2. A contratação se dará conforme necessidade e cumprimento dos tetos apontados neste Edital, respeitando os limites financeiros e orçamentários disponíveis para o objeto.

8.3. Os valores descritos neste Edital foram calculados a partir do valor fixado na tabela referencial e o pagamento ocorrerá de acordo com os valores propostos.

8.4. Os credenciados habilitados assinaram termo próprio (contrato), conforme - Anexo V, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital, bem como aquelas previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, que lhe forem pertinentes.

8.5. O termo de contrato, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e demais normas regulamentadoras dos respectivos serviços prestados. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo credenciado, fica facultado ao credenciante suspender temporariamente a prestação de serviços prevista no termo de credenciamento, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

8.6. Recebida a convocação para assinatura do contrato, o credenciado habilitado terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para assinatura do mesmo, sob pena de decair o direito à contratação.

a) Vencido este prazo sem que isso ocorra, os quantitativos poderão ser redistribuídos entre os demais credenciados.

8.7. O contrato firmado terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do disposto nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.8. O contrato firmado poderá ser cancelado nas hipóteses elencadas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como poderá ser rescindido pelos motivos elencados na Lei Federal nº 14.133/2021, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à Adjudicatária caiba o direito de indenização de qualquer espécie.

8.9. Em caso de alteração dos quantitativos ou extinção antecipada do contrato, o prestador deverá ser notificado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

8.10. Poderá ser substituído o instrumento de contrato por ordem de serviço, nota de empenho ou outro instrumento hábil, no caso de contratações de valor até o limite de dispensa, previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme o caso.

8.11. As condições de execução estão descritas no item 06 do Termo de Referência.

## 9. DO DESCRENCIAMENTO

9.1. Será descredenciado do cadastro de prestadores, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o prestador que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) apresentar documentação falsa.

9.2. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o credenciado:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da Súmula do contrato no Diário Oficial do Município;



- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 5 (cinco) dias úteis seguidos ou por 10 (dez) dias úteis intercalados.
- 9.3. O descredenciamento do prestador deverá respeitar o contraditório e a ampla defesa.
- 9.4. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante envio de requerimento próprio, endereçado ao órgão vinculado, através de protocolo central, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.
- a) A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis.

## **10. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 10.1. As condições para prestação dos serviços, a forma de execução, recebimento e outros, estão definidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 11.1. As condições de pagamento e a forma, estão definidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 12.1. As condições obrigacionais impostas aos credenciados e ao credenciante estão definidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **13. DA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO CONTRATUAL**

- 13.1. As condições fiscalização e gestão contratual impostas aos credenciados e ao credenciante estão definidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. O credenciado será responsabilizado administrativamente pelas irregularidades descritas no Capítulo I - Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-lhes as sanções administrativas disciplinadas no art. 156 e seguintes do dispositivo legal.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 15.2. A impugnação deverá ser realizada por petição protocolada mediante apresentação via correio eletrônico ou protocoladas na sede da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos.
- 15.3. Caberá à Comissão Especial de Contratação decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento e disponibilizadas no Portal da Transparência.
- 15.4. Acolhida a impugnação, será alterado o Edital e novamente publicado.
- 15.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à autoridade, a qualquer tempo.
- 15.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.7. Os prazos serão contados a partir do primeiro dia útil da publicação no Diário Oficial do Município.

## **16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 16.1. As despesas para o pagamento dos serviços objeto deste Credenciamento correrão à conta das seguintes dotações do orçamento para o exercício financeiro de 2024-2025:

UNIDADE ORÇAMENTARIA 03.03 – SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 03.0303.04.122.0001.2003 – MAN. AÇÕES DO GABINETE CIVIL  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 04.04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 04.0404.04.123.0001.2005 – MAN. AÇÕES DA SEC. DE FINANÇAS  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 05.05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 05.0505.04.122.0001.2006 – MAN. AÇÕES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 14.14 - SECRETARIA DES. ECON., DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.1414.23.122.0001.2017 – MANUT. DAS AÇÕES DA DES.ECONOMICO, DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 10.10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 10.1010.13.122.0001.2013 – MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE CULTURA  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 11.11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 11.1111.27.122.0001.2014 – MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ESP. E LAZER  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 12.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 12.1212.14.122.0001.2015 – MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DA MULHER  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 13.13 – SECRETARIA MUN. DA INFÂNC. JUVENTUDE E PROM. DA PAZ  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.122.0001.2016 – MANUT. SEC. DA INFÂNC. JUV.. E PROM. DA PAZ  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 15.15 – SECRETARIA MUN. DE COM. SOCIAL, MARKETING E EVENTOS  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 24.122.0001.2019 – MUN. DE SEC. COM. SOCIAL, MARKETING E EVENTOS  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 07.70 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 07.0770.12.361.0001.2020 – MUN. DAS AÇÕES DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1500.01.001 – MDE 25%  
FONTE DE RECURSOS 1550.00.000 – TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTARIA 16.16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 16.1616.20.122.0001.2021–MAN.DAS AÇÕES DA SEC. AGRICULTURA  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 19.19 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 19.1919.06.122.0001.2023–MAN.DAS AÇÕES DA SEC. DE SEGUR. URBANA  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 18.18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 18.1818.15.122.0001.2024–MAN. DA SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 09.90 – SECRETÁRIA MUN. DE HAB. TRAB. E ASSISTENCIA SOCIAL  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 09.0990.08.122.0001.6014- MAN. DAS AÇÕES DA SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 09.90 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 09.0990.08.306.0003.6002- MAN. DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR – COMPLEXOS NUTRICIONAIS E RESTAURANTE  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 09.90 – SECRETÁRIA MUN. DE HAB. TRAB. E ASSISTENCIA SOCIAL  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 09.0991.08.122.0003.6027 - GEST. DESC. DO PROG. BOLSA FAMILIA – IGD/BF  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO – ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1660.00.000 – TRANSF. REC. FUNDO NAC DE ASSIST. SOCIAL - FNAS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 09.90 – SECRETÁRIA MUN. DE HAB. TRAB. E ASSISTENCIA SOCIAL  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 09.0991.08.244.0003.6031 - EXEC. DE EMENDA PARL. PARA A ASSIST. SOCIAL  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO – ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1706.00.000 – TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIÃO

UNIDADE ORÇAMENTARIA 08.81 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 08.0881.10.302.0004.6005 – BLOCO DE MANT.DAS AÇÕES E SERV.SAÚDE  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1500.01.002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTO - ASP  
FONTE DE RECURSOS 1600.00.000 – RECURSOS GOVERNO FEDERAL  
FONTE DE RECURSOS 1621.00.000 – RECURSOS GOVERNO ESTADUAL  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 08.81 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 08.0881.10.301.0004.6012 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1500.01.002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTO - ASP  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 16.16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 16.1616.18.122.0001.2021 - MAN. DA SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1704.00.000 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - ROYALTEIS  
FONTE DE RECURSOS 1705.00.000 – TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ROYALTEIS

UNIDADE ORÇAMENTARIA 20.20 – SUPERINTENDENCIA MUN. DE TRANSP. E TRÂNSITO - SMTT  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 20.2020.26.122.000.2026- MANUT. DA SUP. DE TRANSITO E TRANSP. - SMTT  
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICAS  
FONTE DE RECURSOS 1500.00.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
FONTE DE RECURSOS 1752.00.000 – RECURSOS VINCULADOS AO TRANSITO

6.2. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações que forem aprovadas para os mesmos.





6.3.1. Em quaisquer casos, os valores somente serão pagos em razão dos serviços efetivamente prestados, observando-se os limites e regras previstas neste Edital e seus anexos.

## **17. DA HOMOLOGAÇÃO**

17.1. O resultado e julgamento será devidamente homologado pela autoridade máxima competente, após as decisões sobre eventuais recursos hierárquicos porventura existentes, e respeitados os prazos fixados neste Edital.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. O extrato do presente Edital será disponibilizado no Portal da Transparência do Município de São Miguel dos Campos/AL, no link: [cplsaomigueloscamos@gmail.com](mailto:cplsaomigueloscamos@gmail.com), sendo de inteira responsabilidade dos interessados acompanhar as informações e os resultados divulgados.

18.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou envio de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

18.3. É de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, não podendo alegar desconhecimento dos atos.

18.4. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

18.5. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão, quando couber, as demais serão dirimidas pela equipe técnica.

18.6. Demais informações serão prestadas aos interessados no horário da 8h30min às 13h, na Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, no endereço do preâmbulo do Edital.

18.7. Fica eleito o Foro da comarca de São Miguel dos Campos/AL para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

## **19. DOS ANEXOS**

19.1. São anexos a este Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Requerimento de Credenciamento
- Anexo III – Modelo de Declaração Conjunta
- Anexo IV – Declaração Responsável Técnico;
- Anexo V – Tabela Referencial
- Anexo VI – Modelo de Credenciamento.

São Miguel dos Campos/AL, 02 de julho de 2024.

**Raul Manuel Guerra Camboim**  
Presidente  
Matrícula nº 66394



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência, é documento constitutivo da segunda etapa do planejamento da contratação, que contempla os elementos necessários e suficientes, para caracterizar o objeto da licitação ou contratação direta de bens ou serviços.

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO OBJETO:

1.1. **CONTRATAÇÃO DE INTERESSADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MECÂNICOS, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS) NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL**, termos e condições estabelecidas neste instrumento, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2. O objeto e serviços desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021, sendo classificado como **BEM COMUM**, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto que se pretende contratar **SE ENQUADRA DE FORMA CONTÍNUADA**, por envolver prestação de serviços básicos e elementar para o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Administração.

### 2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTITATIVO:

2.1. A contratação se dará conforme especificação técnica e definição do quantitativo apresentado na planilha, no limite estabelecido na planilha abaixo, de acordo com a tabela disponível no link: [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_639](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_639), mês de referência: Março/2024 (com desoneração), que contempla o teto máximo dos serviços anual, que serão divididos entre os estabelecimentos interessados e habilitados, conforme planilha abaixo:

| ITEM          | CÓD. INT. | UND  | DESCRIÇÃO   | QTDA ESTIMADA POR HORAS | VALOR UNITARIO | VALOR GLOBAL      |
|---------------|-----------|------|---|-------------------------|----------------|-------------------|
| 01            | 100308    | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.      | 5.000                   | R\$ 26,53      | R\$ 132.650,00    |
| 02            | 88264     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.      | 5.000                   | R\$ 26,81      | R\$ 134.050,00    |
| 03            | 88267     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.    | 5.000                   | R\$ 25,69      | R\$ 128.450,00    |
| 04            | 100308    | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000                   | R\$ 26,53      | R\$ 26.530,00     |
| 05            | 88264     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000                   | R\$ 26,81      | R\$ 26.810,00     |
| 06            | 88267     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de grande porte.             | 1.000                   | R\$ 25,69      | R\$ 25.690,00     |
| 07            | 88265     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos industriais e semi-industriais | 500                     | R\$ 26,81      | R\$ 13.405,00     |
| VALOR GLOBAL: |           |      |   |                         |                | <b>487.585,00</b> |



2.2. Os serviços descritos e a quantidade estimada descrita neste Termo de Referência, não obriga o Município a contratualizar em sua totalidade, por se tratar de estimativa, sendo que será requerida a entrega somente da quantidade necessária, diante dos recursos disponíveis no momento da requisição e das demandas existentes.

2.3. A credenciada só poderá ofertar serviços que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho pelo Código de Defesa do Consumidor.

2.4. Os serviços serão fornecidos conforme às normas e padrões da ABNT e do Código de Defesa do Consumidor, atendendo eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

2.5. No que tange aos valores, em que pese a atribuição de valores para fins de credenciamento seja ato discricionário da Administração, o valor final deste foi definido com base na tabela acima, onde os valores propostos na tabela referencial incluem todos os custos com maquinário, equipamentos, prestadores de serviços, taxas, tarifas e outros, necessários para completa execução do objeto, que poderá ser atualizado para mais ou para menos a qualquer tempo, devidamente repassado aos credenciados.

### **3. DA VIGÊNCIA:**

3.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado termo de credenciamento com as interessadas habilitadas, concretizando-se o credenciamento, no ato da solicitação da prestação dos serviços pelos municípios, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, a qual será adaptada à proposta da interessada credenciada, sem prejuízo de rescisão ou rescisão antecipada.

3.2. Poderá o termo de credenciamento ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação formal, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pelas partes, até a efetiva liquidação dos serviços.

### **4. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Conforme ficou justificado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação deverá ser processada pelo procedimentos auxiliares de licitação, com base no art. 78, I da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Oportuno destacar que, no âmbito do Município de São Miguel dos Campos/AL, foi editado o Decreto Municipal nº 14.987, de 28 de dezembro de 2023, que Regulamenta, no município de São Miguel dos Campos/AL, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de Licitações e Credenciamentos Administrativos, bem como a Lei Municipal nº 1.668, de 19 de dezembro de 2023, que criou a Diretoria Especial de Licitações e Credenciamentos Administrativos.

4.4. Contudo, a sessão I do Decreto aduz que, caso o Plano de Contratações poderá ser adotado, e terá aplicação para exercício de 2025. Ademais, como nos anos anteriores não havia legislação acerca do Plano de Contratação Anual, este tópico resta momentaneamente prejudicado.

4.5. Todavia, em que pese o tópico acima reste prejudicado, esta coordenadoria revela que a referida consta prevista na LDO e LOA do corrente ano, com a previsão de despesas como manutenção das atividades administrativas.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO PRODUTO:**

#### **5.1. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

5.1.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, preliminar a este Termo de Referência.

#### **5.2. DA SUSTENTABILIDADE:**

5.2.1. Esta contratação observará, em todas as fases do procedimento auxiliar licitatório, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade, de acordo com a prática de mercado, a fim de assegurar o



resultado mais eficiente para Administração Pública.

5.2.2. Além dos critérios de sustentabilidade, recomenda-se que sejam observados os critérios e normas estabelecidas no material de consulta disponibilizados pela Advocacia Geral da União, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponíveis no [https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescredenciamentos/car\\_tilha-como-inerir-criterios-de-sustentabilidade-nas-contratacoes-Publicas .pdf](https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescredenciamentos/car_tilha-como-inerir-criterios-de-sustentabilidade-nas-contratacoes-Publicas .pdf) e <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

5.2.3. Demonstra-se que são diretrizes de sustentabilidade, entre outras: I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II - Preferência para materiais, Devendo no que couber as interessadas atender as recomendações da tecnologias e matérias-primas de origem local; III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras, nos termos do art. 144 da Lei 14133/2021.

5.2.4. Cabe ressaltar que os materiais, no momento do descarte, devem adotar o Plano de Gerenciamento de Resíduos, reduzindo, assim, possíveis riscos químicos e biológicos de serviços de saúde, conforme RDC 222/18, da ANVISA.

### 5.3. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

5.3.1. A administração se reserva no direito de não indicar as marcas, exceto as marcas indicadas no tópico acima (descrição do objeto), podendo o interessado apresentar marca própria ou outra equivalente, a fim de melhor atender as necessidades da administração.

### 5.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

5.4.1. Não se aplica ao objeto deste Termo de Referência.

### 5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO:

5.5.1. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, e a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente objeto.

5.5.2. É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do credenciamento, bem como, sem o assentimento da administração, a fusão, cisão ou incorporação da credenciada, a subcontratação parcial do objeto ou a associação da credenciada com outrem, não se responsabilizando o órgão público por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

### 5.6. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

5.6.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os art's. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

### 5.7. DA VISTORIA:

5.7.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### 5.8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

5.8.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

### 5.9. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

5.9.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### 5.10. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

5.10.1. Não se aplica.



## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **6.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

6.1.1. A CREDENCIADA que tiver seu requerimento deferido, diante da habilitação, será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação assinar o termo de credenciamento, sob pena de caracterizar sua desistência ao ato.

a) Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis da assinatura do credenciamento ou da emissão da ordem de serviço, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela interessada.

b) A execução será de acordo com a demanda apresentada pelos órgãos da administração, de forma pontual e responsável.

c) A interessada credenciada apresentará orçamento referente a ordem de serviço recebida, que será aprovado ou não pelo gestor do credenciamento.

d) Aprovado o orçamento proposto, a interessada terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para dar início aos serviços, qual seja na sede da interessada ou nas dependências do órgão requisitante.

e) Depois de desmontado e constatado o defeito da parte afetada do equipamento, a interessada deverá ser comunicada de imediato, para que seja avaliada a real situação e das peças necessárias a serem aplicadas no mesmo.

f) No momento de averiguação, a interessada credenciada deverá apresentar em papel timbrado, a relação das peças necessárias para o devido reparo, devendo após o término dos serviços devolver as peças usadas e substituídas, de acordo com a autorização, para efeito de controle e conferência do setor requisitante.

6.1.2. A credenciada deverá observar as normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, bem como obedecer aos princípios básicos de organização e material de qualidade mínima para aceitação, além da legislação trabalhista e ambiental.

6.1.3. A administração se reserva-se o direito de não receber os serviços prestados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto as formas da Lei Federal de nº 14.133/2021

### **6.2. LOCAL E HORARIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.2.1. Os serviços serão prestados nos locais descritos no requerimento ou na ordem de serviços apresentada pelo órgão requisitante, dentro do horário de funcionamento do órgão, quando dos serviços prestados nas dependências, ou na sede da prestadora dos serviços.

### **6.3. DAS ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS:**

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas estabelecidas pelo órgão credenciante.

### **6.4. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:**

6.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a credenciada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário para completa execução do objeto.

### **6.5. DOS UNIFORMES:**





6.5.1. Os uniformes a serem utilizados pelos credenciados nas dependências dos órgãos públicos deverá conter o nome da credenciada e as credenciadas do funcionário habilitado.

#### **6.6. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:**

6.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do credenciamento devido às características do objeto.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CREDENCIAMENTO:**

#### **7.1. EXECUÇÃO:**

7.1.1. Os serviços deveram ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do serviço, objeto do credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da interessada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.5. Após a assinatura do termo de credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da interessada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da credenciada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **7.2. PREPOSTO:**

7.2.1. A Credenciada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.2.2. A Credenciada deverá manter preposto da empresa no local da execução ou dos trabalhos executados do objeto durante todo o período do credenciamento.

7.2.3. A Administração poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Credenciada designará outro para o exercício da atividade.

#### **7.3. FISCALIZAÇÃO:**

7.3.1. A execução do credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.3.2. A fiscalização administrativa do credenciamento verificará a manutenção das condições de habilitação da credenciada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.3.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do credenciamento atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do credenciamento para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



7.3.4. Ao fiscal, caberá exercer as atribuições elencadas no Decreto Municipal nº 14.987/2023, seguindo as orientações daquela que seja mais benéfica às normas de organização administrativa municipal.

7.3.5. O fiscal administrativo do credenciamento comunicará ao gestor do credenciamento, em tempo hábil, o término do credenciamento sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.3.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da credenciante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.3.7. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o credenciamento como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

7.3.8. Deverá a fiscalização observar o cumprimento as Legislações vigentes ao objeto do credenciamento, a exemplo das Leis do Trabalho, da Previdência Social, das Regulações Tributárias, do INSS, FGTS, das Convenções coletivas, entre outras, além da completa fiscalização quanto ao pessoal contratado, a exemplo da ficha e relação de funcionários, relatórios de admissão e rescisão, afastamentos, entre outros.

7.3.9. A Credenciada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do credenciamento.

7.3.10. A inadimplência da Credenciada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

#### **7.4. GESTÃO:**

7.4.1. O gestor do credenciamento coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do credenciamento contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do credenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do credenciamento para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.4.2. O gestor do credenciamento acompanhará os registros realizados pelos fiscais do credenciamento, de todas as ocorrências relacionadas à execução do credenciamento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.4.3. O gestor do credenciamento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.4.4. O gestor do credenciamento deverá enviar a documentação pertinente ao setor de credenciamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do credenciamento.

#### **8. DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:**

8.1. O pagamento será efetuado pelo órgão requisitante, de acordo com o quantitativo efetivamente executado, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente fornecida pela CREDENCIADA, nos termos e condições previstas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.



8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada pela gestão e fiscalização do credenciamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Credenciada não alcançou os resultados pré-determinados, ou deixar de executar o objeto ou a quantidade mínima necessária, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### 8.3. RECEBIMENTO:

8.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3.3. O fiscal técnico e/ou administrativo do credenciamento realizará o recebimento provisório do objeto do credenciamento mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

- a) o fiscal do credenciamento deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à credenciada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do credenciamento;
- b) deverá ainda, verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do credenciamento.

8.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do credenciamento, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do credenciamento para recebimento definitivo.

8.3.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da



qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CREDENCIADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de credenciamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.3.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do credenciamento.

#### 8.4. LIQUIDAÇÃO:

8.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do credenciamento e do órgão credenciante; o período respectivo de execução do credenciamento; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à administração;

8.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



8.4.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da administração.

8.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.9. Persistindo a irregularidade, a administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do credenciamento, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 8.5. **PRAZO DE PAGAMENTO:**

8.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.5.2. No caso de atraso pela administração, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de IPCA.

#### 8.6. **FORMA DE PAGAMENTO:**

8.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação federal e municipal vigente, aplicável ao caso, no que couber.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.6.6. O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de credenciamentos: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

#### 8.7. **CESSÃO DE CRÉDITO:**





8.7.1. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

**8.8. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO:**

8.8.1. Não será admitida a antecipação de pagamento.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO:**

**9.1. DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

9.1.1. A modalidade indicada no Estudo Técnico Preliminar é o CREDENCIAMENTO, um processo administrativo precedido de CHAMAMENTO PÚBLICO em que se convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem por meio de cadastramento no órgão ou na entidade para executar ou fornecer o objeto quando convocados.

9.1.2. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, para **CEDENCIAMENTO**, sob a forma **NÃO ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal nº 14.987/2023.

**9.2. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos abaixo descrito, além das exigências mínimas elencadas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, para contratação do objeto da mesma natureza:

**9.3. Habilitação jurídica:**

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou credenciamento social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Ato de autorização para o exercício da atividade de compatível, expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação adequado ao objeto;

OBS: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



#### 9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 9.5. Qualificação Econômico Financeira:

- a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) **certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);**
- c) **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**
  - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
  - patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- i) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- ii) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- iii) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.



- iv) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 05 % do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

11.5.1. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.5.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 9.6. Qualificação Técnica:

a) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, (se o caso), em plena validade.

- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do credenciamento, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5. Declaração de que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

6. Declaração de não utilizamos de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

7. Declaração de que o interessado possui ou instalará local de recebimento dos serviços na cidade de São Miguel dos Campos/AL no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir do termo de credenciamento, ou possuir ou instalar local de recebimento dos serviços no raio de 10 (dez) quilômetros da cidade de São Miguel dos Campos/AL.

- Caso não seja apresentada a referida declaração, o interessado deverá apresentar declaração com ciência e responsabilidade dos custos do traslado até o local dos serviços, que não deverá ser repassado para a administração.

#### 9.7. Qualificação Técnico-Operacional:

a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a credenciamentos executados com as seguintes características mínimas:

11.7.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos da IN SEGES/ME nº 98/2022.



11.7.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da interessada.

11.7.3. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do credenciamento que deu suporte à contratação, endereço atual da administração e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

11.7.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no credenciamento social vigente.

11.7.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

11.7.5. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

### **12.1. Da Estimativa:**

12.1.1. O valor estimado anual para contratação é de **até R\$ 487.585,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco mil reais) anual**, com base na projeção do Estudo Técnico Preliminar.

12.1.2. O valor da remuneração pela prestação de serviços, terá como base os valores unitários da tabela de referência do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, no link: [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_639](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_639), mês de referência: Março/2024 (com desoneração) para fins de prestação de serviços e remuneração, ao qual os CREDENCIANTES deverão se propor a receber. .

### **12.2. Adequação Orçamentária:**

12.2.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento dos órgãos requisitantes, na dotação orçamentária indicada pelo setor de contabilidade, no momento oportuno, de acordo com a disponibilidade financeira do momento.

### **12.3. DO REAJUSTE DOS VALORES:**

7.1. Os valores serão fixos e irrevogáveis, tomando como base o mês de referência da tabela SINAPI indicada acima.

## **13. DAS SANÇÕES:**

13.1. O interessado será responsabilizado administrativamente pelas irregularidades descritas no Capítulo I - Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-lhes as sanções administrativas disciplinadas no art. 156 e seguintes do dispositivo legal.

## **14. DOS DEVERES E DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIAMENTO:**

14.1. Os deveres e as obrigações das partes, serão elencadas em tópico do Edital ou da Minuta do termo de credenciamento, que deverão ser disciplinadas seguindo a Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal nº 14.987/2023.

## **15. DO CANCELAMENTO E RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO**

15.1. O CREDENCIAMENTO poderá ser cancelado nas hipóteses elencadas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como poderá ser rescindido pelos motivos elencados na Lei Federal nº 14.133/2021, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à Adjudicatária caiba o direito de indenização de qualquer espécie.



**16. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

16.1. O Setor Técnico competente auxiliará a Comissão Especial de Contratação, nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações e análise de propostas do credenciamento.

16.2. Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

16.3. Este Termo de Referência poderá ser divulgado na mesma data de divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou outro meio equivalente, como anexo, conforme art. 12 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022.





**ANEXO II – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

1. Razão Social da empresa (conforme CNPJ):.....  
.....  
.....
2. Endereço-sede da empresa e CEP:.....  
.....  
.....
- 3.CNPJ:.....
- 4.Contatos(telefone,e-mail):.....  
.....  
.....
5. Dados do(a) Sócio(a) / Procurador(a) habilitado a celebrar contratos pela empresa (se Procurador(a) juntar instrumento de Procuração atualizado) (Juntar cópia(s) do RG / CPF): Nome (completo):  
.....  
RG:.....CPF:.....  
Nome.....(completo):.....  
..... RG:..... CPF:.....

Solicito o credenciamento da empresa qualificada acima para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e apresento em anexo toda a documentação exigida no Edital.

Declaro que aceito executar todos os serviços de acordo com o preço de referência do Edital de Credenciamento nº XX/XXXX, do qual tem pleno conhecimento.

| ITEM                 | CÓD. INT. | UND  | DESCRIÇÃO   | QTD<br>ESTIMADA<br>POR HORAS | VALOR<br>UNITARIO | VALOR<br>GLOBAL   |
|----------------------|-----------|------|---|------------------------------|-------------------|-------------------|
| 01                   | 100308    | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.      | 5.000                        | R\$ 26,53         | R\$ 132.650,00    |
| 02                   | 88264     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.      | 5.000                        | R\$ 26,81         | R\$ 134.050,00    |
| 03                   | 88267     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.    | 5.000                        | R\$ 25,69         | R\$ 128.450,00    |
| 04                   | 100308    | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000                        | R\$ 26,53         | R\$ 26.530,00     |
| 05                   | 88264     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000                        | R\$ 26,81         | R\$ 26.810,00     |
| 06                   | 88267     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de grande porte.             | 1.000                        | R\$ 25,69         | R\$ 25.690,00     |
| 07                   | 88265     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos industriais e semi-industriais | 500                          | R\$ 26,81         | R\$ 13.405,00     |
| <b>VALOR GLOBAL:</b> |           |      |   |                              |                   | <b>487.585,00</b> |

Nestes termos, peço deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXX de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal  
Razão Social da Empresa  
CNPJ

OBS.:

- 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;  
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) (inserir nome), portador (a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), **DECLARA** especificamente para participação no **Credenciamento nº XX/XXXX, que:**

- Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do presente credenciamento;
- Até a presente data inexistem fato(s) superveniente impeditivo(s), bem como não nos encontramos em estado de inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- Não possui no quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;
- Sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- Não utilizamos de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- Para os devidos fins que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**DECLARAMOS** ainda, que tivemos total acessibilidade ao Edital e seus anexos, através dos meios descritos no presente edital e que possuímos ou (pretendemos instalar unidade de coleta) ou escritório na (cidade/município) previamente informado à Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir do resultado do julgamento do credenciamento.

---

Assinatura do responsável legal  
Razão Social da Empresa  
CNPJ

OBS.:

- 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
- 2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



#### ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

**DECLARO**, para fins de instrução de pedido de credenciamento junto à Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL, é(são) responsável(eis) técnico(s) da proponente o(s)/a(s):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-

---

Assinatura do responsável legal  
Razão Social da Empresa  
CNPJ

Assinatura do(s) responsável(eis) técnico (s):

---

---

---

---

OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;  
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ



ANEXO V - TABELA REFERENCIAL



|   |                                   |               |  |
|---|-----------------------------------|---------------|--|
| <b>Obra</b>                                   | <b>Bancos</b>                     | <b>B.D.I.</b> | <b>Encargos Sociais Desonerados: 0,00%</b> |
| <b>SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b> | <b>SINAPI - 03/2024 - Alagoas</b> | <b>0,0%</b>   |  |

Orçamento Sintético

| Item | Código | Banco  | Descrição  | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI | Total      | Peso (%) |
|------|--------|--------|--|-----|--------|------------|--------------------|------------|----------|
| 1    | 100308 | SINAPI | MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES         | H   | 5000   | 26,53      | 26,53              | 132.650,00 | 27,21 %  |
| 2    | 88264  | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES                      | H   | 5000   | 26,81      | 26,81              | 134.050,00 | 27,49 %  |
| 3    | 88267  | SINAPI | ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H   | 5000   | 25,69      | 25,69              | 128.450,00 | 26,34 %  |
| 4    | 100308 | SINAPI | MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES         | H   | 1000   | 26,53      | 26,53              | 26.530,00  | 5,44 %   |
| 5    | 88264  | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES                      | H   | 1000   | 26,81      | 26,81              | 26.810,00  | 5,50 %   |
| 6    | 88267  | SINAPI | ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H   | 1000   | 25,69      | 25,69              | 25.690,00  | 5,27 %   |
| 7    | 88265  | SINAPI | ELETRICISTA INDUSTRIAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES           | H   | 500    | 26,81      | 26,81              | 13.405,00  | 2,75 %   |

|                      |                   |
|----------------------|-------------------|
| <b>Total sem BDI</b> | <b>487.585,00</b> |
| <b>Total do BDI</b>  | <b>0,00</b>       |
| <b>Total Geral</b>   | <b>487.585,00</b> |



**ANEXO VI – TERMO DE CREDENCIAMENTO / CONTRATO**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XX/2024  
CONTRATO Nº XX/2024**

O **MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, Sra. XXXXXXXXXXXXXXXX, a seguir denominado simplesmente **CREDENCIANTE**, e, de outro lado, a(o) XXXXXXXX \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ8 sob o nº \_\_\_\_\_ com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADO**, têm justo e acordado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente da **CHAMADA PÚBLICA - CREDENCIAMENTO Nº XX/XXXX**, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nos termos e condições estabelecidas neste instrumento, observados os detalhamentos técnicos e operacionais do Edital e do Termo de Referência.

**Parágrafo primeiro:** Os quantitativos discriminados de cada item fica limitado ao valor mensal máximo disponível para prestação dos serviços, que serão divididos entre os interessados credenciados e habilitados.

**Parágrafo segundo:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Edital da Credenciamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:**

**Parágrafo primeiro:** O valor da remuneração pela prestação de serviços, terá como base os valores unitários da Tabela tabela disponível no link: [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_639](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_639), mês de referência: Março/2024 (com desoneração), que contempla o teto máximo dos serviços anual, que serão divididos entre os estabelecimentos interessados e habilitados, cujos valores deverão se propor em receber os valores constantes em tabela de referência para fins de prestação de serviços e remuneração, que será a tabela de referência para fins de prestação de serviços e remuneração.

**Parágrafo segundo:** Os valores propostos na tabela referencial incluem todos os custos com maquinário, equipamentos, prestadores de serviços, taxas, tarifas e outros, necessários para completa execução do objeto.

**Parágrafo terceiro:** Os quantitativos de horas discriminados de cada serviço fica limitado ao quantitativo acima, distribuídos a todos os credenciados.

**Parágrafo quarto:** O valor mensal dos procedimentos será limitado até R\$ XXXXXXXXXXXX, e XXXXXXXXXXXX anual, sendo os valores individuais dos procedimentos descritos na tabela abaixo:

| ITEM | CÓD. INT. | UND  | DESCRIÇÃO  | QTDA ESTIMADA POR HORAS | VALOR UNITARIO | VALOR GLOBAL   |
|------|-----------|------|--|-------------------------|----------------|----------------|
| 01   | 100308    | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte. | 5.000                   | R\$ 26,53      | R\$ 132.650,00 |
| 02   | 88264     | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio        | 5.000                   | R\$ 26,81      | R\$ 134.050,00 |





ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



|                      |        |      |   |       |           |                   |
|----------------------|--------|------|---|-------|-----------|-------------------|
|                      |        |      | porte.  |       |           |                   |
| 03                   | 88267  | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de pequeno e médio porte.    | 5.000 | R\$ 25,69 | R\$ 128.450,00    |
| 04                   | 100308 | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS MECÂNICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000 | R\$ 26,53 | R\$ 26.530,00     |
| 05                   | 88264  | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos de grande porte.               | 1.000 | R\$ 26,81 | R\$ 26.810,00     |
| 06                   | 88267  | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS HIDRÁULICOS</b> em equipamentos de grande porte.             | 1.000 | R\$ 25,69 | R\$ 25.690,00     |
| 07                   | 88265  | hora | Prestação de <b>SERVIÇOS ELÉTRICOS</b> em equipamentos industriais e semi-industriais | 500   | R\$ 26,81 | R\$ 13.405,00     |
| <b>VALOR GLOBAL:</b> |        |      |   |       |           | <b>487.585,00</b> |

**Parágrafo quinto:** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

**Parágrafo primeiro:** O objeto será executado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º da Lei 14.133/2021 e do Termo de Referência do Credenciamento.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE

**Parágrafo primeiro:** Os valores serão fixos e irrevogáveis, tomando como base o mês de referência da tabela SINAPI indicada acima.

**Parágrafo segundo:** Poderá ser atualizado o mês base de referência da tabela SINAPI, a critério da CREDENCIANTE, cuja atualização será processada por meio de Termo de Apostilamento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

**Parágrafo primeiro:** O CREDENCIADO deverá realizar o serviço, (objeto) contratado conforme solicitação da promitente CREDENCIANTE, nos termos prescritos no Termo de Referência, obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

**Parágrafo segundo:** É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO as despesas com pessoal e material para execução do respectivo serviço, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a Credenciante.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

**Parágrafo primeiro:** O pagamento será efetuado pelo órgão requisitante, de acordo com o quantitativo efetivamente executado, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente fornecida pela CREDENCIADA, nos termos e condições previstas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.

**Parágrafo segundo:** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada pela gestão e fiscalização do credenciamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Credenciada não alcançou os resultados pré-determinados, ou deixar de executar o objeto ou a quantidade mínima necessária, deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

**Parágrafo terceiro:** Antes do efetivo processo de pagamento, deverá o fiscal e gestor do contrato verificar



os termos de recebimento do objeto.

**9.3.1. Parágrafo quarto:** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**Parágrafo quinto:** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**Parágrafo sexto:** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do credenciamento e do órgão credenciante; o período respectivo de execução do credenciamento; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**Parágrafo sétimo:** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à administração;

**Parágrafo oitava:** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo nono:** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o credenciado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à credenciante;

**Parágrafo décimo:** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**Parágrafo décimo primeiro:** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da administração.

**Parágrafo décimo segundo:** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**Parágrafo décimo terceiro:** Persistindo a irregularidade, a administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**Parágrafo décimo quarto:** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do credenciamento, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Parágrafo décimo quinto:** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



**Parágrafo décimo sexto:** No caso de atraso pela administração, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de IPCA.

**Parágrafo décimo sétimo:** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**Parágrafo décimo oitavo:** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Parágrafo décimo nono:** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação federal e municipal vigente, aplicável ao caso, no que couber.

**Parágrafo vigéssimo:** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**Parágrafo vigéssimo primeiro:** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Parágrafo vigéssimo segundo:** O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de credenciamentos: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Parágrafo Primeiro:** Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste Contrato, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE E DA CREDENCIADA**

**Parágrafo primeiro:** São obrigações da **CREDENCIANTE**:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas, de acordo com os termos deste documento;
- Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste documento;
- Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidas;
- Comunicar à Credenciada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- Acompanhar a entrega do objeto, por intermédio de representante especialmente designado;
- Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Credenciada, no que couber;
- Cumprir as demais disposições contidas no Edital e no Termo de Referência;
- Aplicar à Credenciada as penalidades regulamentares contratuais.
- Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução;
- E demais obrigações descritas no art. 18 do Decreto Municipal nº 14.987/2023.

**Parágrafo segundo:** São obrigações do **CREDENCIADO**:

- Garantir o cumprimento das metas de qualidade gerais e específicas, desde a admissão até o acompanhamento no pós-realização do atendimento e da prestação dos serviços;



- b) Utilizar os recursos tecnológicos e equipamentos adequados da maneira adequada e oportuna;
- c) Assumir o ônus decorrente da inexecução, desvios de finalidade ou prestação de serviço realizada de forma comprovadamente insatisfatória ou inadequada, sendo assegurado, em todas as medidas administrativas e judiciais, o amplo direito ao contraditório;
- d) Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo Município e pelas normas Estaduais que disciplinam a execução dos mencionados serviços;
- e) Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis ao atendimento do objeto que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Credenciamento, durante toda a vigência do mesmo;
- f) Assegurar ao Município, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução dos serviços;
- g) Manter os colaboradores munidos de uniformes apropriados, e deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do órgão competente.
- h) Manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do contrato;
- i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- j) E demais obrigações descritas no art. 18 do Decreto Municipal nº 14.987/2023.
- k) Zelar pela manutenção do credenciamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**Parágrafo primeiro:** O Credenciamento poderá vigorar pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data da assinatura.

**Parágrafo segundo:** A vigência do Termo de Credenciamento em exercícios subsequentes ao primeiro ano de vigência, ficará condicionada à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas deles decorrentes.

**Parágrafo terceiro:** O Termo de Credenciamento poderá ser prorrogados por igual período, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, desde que esteja formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.

**Parágrafo quarto:** A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**Parágrafo quinto:** O presente não poderá ser prorrogado quando o CREDENCIADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**Parágrafo primeiro:** As definições de como o CREDENCIADO deverá produzir os resultados pretendidos com a prestação do serviço está descrito no Termo de Referência.

**Parágrafo segundo:** O regime de execução contratual, os modelos de gestão, execução e fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência vinculado.

**Parágrafo terceiro:** Fica responsável pela gestão do presente credenciamento o servidor XXXXXXXXXXXX (CARGO – matrícula XXXXX) nomeado através da Portaria nº XXX/XXX e pela fiscalização deste o servidor XXXXXXXXXXXX (CARGO – matrícula XXXXX) nomeado através da Portaria nº XXX/XXX.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Parágrafo primeiro:** O CREDENCIANTE será responsabilizado administrativamente pelas irregularidades descritas no Capítulo I - Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal nº 14.987/2023,



aplicando-lhes as sanções administrativas disciplinadas no art. 156 e seguintes do dispositivo legal.

**Parágrafo segundo:** As penalidades serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, reservado ao credenciante o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços no transcurso do procedimento administrativo.

**Parágrafo terceiro:** As sanções previstas somente serão aplicadas observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa; os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao bis in idem e as causas atenuantes ou excludentes de culpabilidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DESCREDENCIAMENTO**

**Parágrafo primeiro:** O CREDENCIANTE se reserva no direito de descredenciar o CREDENCIADO, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo segundo:** Será descredenciado e sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o prestador que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) apresentar documentação falsa.

**I)** Configurar-se-á o retardamento da execução quando o credenciado:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da Súmula do contrato no Diário Oficial do Município;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 5 (cinco) dias úteis seguidos ou por 10 (dez) dias úteis intercalados.

**Parágrafo terceiro:** O CREDENCIADO poderá solicitar seu descredenciamento mediante envio de requerimento próprio, endereçado ao órgão vinculado, através de protocolo central, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido, sendo a resposta no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**Parágrafo primeiro:** Poderá a CREDENCIANTE cancelar o presente termo nas hipóteses elencadas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como poderá rescindir pelos motivos elencados na Lei Federal nº 14.133/2021, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à Adjudicatária caiba o direito de indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**Parágrafo primeiro:** A presente contratação vincula-se ao Processo nº XX/2024 - Credenciamento nº XX/2024.

**Parágrafo segundo:** Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

**Parágrafo primeiro:** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art's 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo segundo:** O credenciado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo terceiro:** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do credenciante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo quarto:** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.





**Parágrafo quinto:** Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

**Parágrafo primeiro:** Incumbirá a CREDENCIANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de São Miguel dos Campos/AL, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

São Miguel dos Campos/AL,..... de ..... de 2024.

**CREDENCIANTE**

**CREDENCIADA**